



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação
Comunicação oral

**BIBLIOTECAS ESCOLARES: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
CRIAÇÃO DE POSSIBILIDADES¹**

SCHOOL LIBRARIES: PUBLIC POLICIES TO CREATE POSSIBILITIES

Lilian Viana, USP
vianalil@gmail.com

Ivete Pieruccini, USP
ivetepie@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta resultados de pesquisa de mestrado elaborada a partir de aspectos que envolvem a problemática da atual situação da *biblioteca escolar brasileira* e as implicações para o estabelecimento de políticas públicas que alterem de modo significativo o papel dessa instituição no quadro nacional, com a emergência da Lei Federal nº 12.244/10, que determina a obrigatoriedade da criação de bibliotecas nas instituições de ensino nacionais. Considerado o quadro histórico problemático implicando a biblioteca na escola, o estudo mostrou não apenas a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas ocupadas com a criação de bibliotecas escolares, mas principalmente com sua ressignificação, tendo em vista seu papel na Educação, em especial o direito de informar-se e as aprendizagens que envolvem os processos de apropriação de informação e cultura. Com o objetivo de conhecer e sistematizar categorias implicadas na implantação de políticas públicas para bibliotecas escolares, a pesquisa – de natureza qualitativa – contemplou uma abordagem de referencial teórico e de estudo exploratório – por meio de entrevistas semiestruturadas – sobre a implantação da política pública municipal levada a efeito na cidade de São Bernardo do Campo (SP), que resultou na Rede Escolar de Bibliotecas Interativas (REBI). Como resultado, foram sistematizadas categorias a serem consideradas numa política pública voltada à criação e redefinição da biblioteca escolar em nosso país, sob o paradigma da apropriação cultural.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Política pública. Lei federal nº 12.244/10. Infoeducação.

ABSTRACT

This article shows the results of a master research based on aspects involving the current situation of Brazilian school libraries and its implications for the establishment of public policies that change the role of the school library in Brazil, with the emergence of Brazilian federal law nº12.244 /10, which establishes the requirement of setting up libraries in national educational institutions. Considering the

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

complex historical context implying the library at school, the study recommends the development of public policy focused not only on the creation of school libraries but also, and crucially, on redefining them, to assure its important role in education, ensuring that they will be focused not only on the right to access information, but also the right to know how to access and use it. Aiming to understand and define criteria for the implementation of public policy for school libraries this qualitative research included a theoretical approach and also an exploratory study – through semi-structured interviews on the implementation of the municipal public policy carried out in São Bernardo do Campo (SP), which led to the creation of *Rede Escolar de Bibliotecas Interativas*. As a result, the criteria to be considered in public policy aimed at the creation, redefinition and consolidation of school libraries in Brazil have been defined.

Keywords: School library. Public police. Brazilian federal Law n° 12.244/10. Infoeducation.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho sintetiza resultados de pesquisa de mestrado que discute a formulação de políticas públicas para bibliotecas escolares como caminho para a transformação de sua precária situação no contexto brasileiro. Ainda escassa no cenário educacional nacional, quando existente, a biblioteca escolar configura-se, sobretudo, a partir de concepções centradas no acesso, caracterizando-se como um acervo organizado de recursos informacionais.

Embora tal dimensão seja essencial, por si só, é insuficiente, já que no cenário informacional contemporâneo – marcado pelo desenvolvimento tecnológico –, os fluxos da informação, bem como sua manipulação, adquirem importância crescente para a sociedade. Nesse sentido, identificar, acessar, armazenar e apropriar-se das informações são ações que, cada vez mais, determinam a relação das pessoas com o mundo, assim como a influência que neste exercem.

Diante disto, colocou-se em discussão a urgência do desenvolvimento de bibliotecas escolares a partir de uma perspectiva que, para além do direito de acesso, contemple o direito de saber informar-se, de que os sujeitos apropriem-se de informação e cultura em perspectiva crítica e criativa, comprometida com sua participação afirmativa no mundo.

A questão tem destaque no momento atual, com a promulgação da Lei federal n° 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino. Além de estabelecer o prazo de dez anos para que as escolas passem a dispor de bibliotecas – portanto, 2020 é a data limite para que cumpram a determinação legal -, a lei define biblioteca escolar como “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. Assim, para o cumprimento da legislação são suficientes ações centradas na

organização e disponibilização de recursos informacionais, ou seja, voltadas a garantir o direito de acesso à informação.

Tal constatação levou-nos a questionar em que medida a multiplicação de bibliotecas escolares, entendidas como acervo, contribuirá para a formação de crianças e jovens, face ao cenário informacional contemporâneo. Serão organismos voltados ao *diálogo* e à *construção do conhecimento*, ou, estarão circunscritas a concepções de *transmissão* e *recepção* de informação, exclusivamente? Nascerão como “letra morta”, face à concorrência das novas tecnologias de informação e comunicação, ou terão que reformular-se para exercerem papel fundamental nos processos de apropriação de conhecimento e cultura na atualidade?

A partir destas questões, a pesquisa apontou para a urgência do desenvolvimento de políticas públicas comprometidas não somente com a criação de bibliotecas escolares, tal qual dispõe a legislação, mas, sobretudo, com a importante missão de ressignificar o papel da biblioteca na Educação, como organismo voltado à garantia do direito de saber informar-se, direito já indicado por Chauí (1989, p.146-147) como fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade democrática, pois

[...] um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, *sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber* (grifo nosso).

Em face desta trama, a pesquisa buscou identificar e descrever categorias teórico-metodológicas que possam contribuir para a formulação de políticas públicas para bibliotecas escolares em nosso país, assim como revelar a complexidade que envolve uma ação política desta natureza.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa, de natureza qualitativa, contemplou uma abordagem de referencial teórico, assim como o estudo exploratório acerca de dois eixos:

a) Surgimento da Lei Federal nº 12.244/2010:

Realizou-se coleta de informações, por meio de questionário aberto e entrevista semiestruturada, tendo em vista conhecer as representações de sujeitos diretamente implicados em sua criação e consequentes desdobramentos. Foram elencados políticos envolvidos com a questão e, também, representantes de grupo de interesse em torno da biblioteca escolar, que se mobilizaram para que a lei fosse criada. Entretanto, o retorno dos

interpelados foi apenas parcial, tendo predominado o silêncio dos representantes da classe política. Em face disto, esta etapa da pesquisa contou com o discurso de sujeitos que representam a classe profissional bibliotecária.

b) Investigação acerca da implantação de política pública para criação de rede de bibliotecas escolares:

Após o levantamento de redes de bibliotecas escolares existentes no território nacional, optou-se pela abordagem da política pública que implantou, em 1999, a Rede Escolar de Bibliotecas Interativas (REBI) - concebida a partir do paradigma da apropriação cultural² - da cidade de São Bernardo do Campo (SBC), situada na Grande São Paulo.

A REBI surgiu a partir de parceria entre a gestão municipal e o então *Programa Serviços de Informação em Educação* (PROESI)³ – do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CBD/ECA/USP) –, sob a coordenação geral do Prof. Dr. Edmir Perrotti, firmada por meio de convênio de cooperação técnico-acadêmica.

As informações foram colhidas a partir de entrevistas semiestruturadas, sem delimitação inicial. Por fim, foram entrevistados 7 sujeitos, selecionados dentre aqueles que desempenharam funções distintas na experiência em foco. O objetivo foi apreender pontos de vista diversos sobre a política pública, considerando-se os variados aspectos implicados.

3 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

3.1 BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA: A CONFORMAÇÃO DO PROBLEMA

Se, conforme afirmou Baudrillard (1991, p.103), vivemos uma época em que “existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido”, é certa a existência de um conflito entre a crescente disponibilização de informações e sua apropriação, cada vez mais problemática. Neste cenário, em que o muito pode ser pouco, a questão que envolve processos de

² Conforme Chartier (1999), apropriar-se é ação afirmativa, que contempla invenção e produção de significados, opondo-se à mera recepção mecânica de informações, ou seja, é transformar aquilo que se recebe em algo próprio, a partir de nossas experiências. A apropriação cultural envolve processos subjetivos e imateriais que correspondam a uma ação do sujeito sobre o mundo, e implica numa “atuação e afirmação dos sujeitos nas dinâmicas de negociação de significados” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p.74). Diante disto, é ato de protagonistas movidos pelo desejo e vontade de apropriarem-se de algo, distinguindo-se, portanto, de usuários e consumidores de informação e cultura.

³ O PROESI, sob a coordenação do Prof. Dr. Edmir Perrotti, foi instituído em 1993. Atualmente designa-se ColaborI (Colaboratório de Infoeducação), sob direção científica do Prof. Dr. Edmir Perrotti e coordenação da Profa. Dra. Ivete Pieruccini.

transformação da informação em conhecimento implica um conjunto imbricado de aspectos para que possamos “definir e não apenas sermos definidos pelos contextos em que vivemos” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2013, p.7). Dentre esses, saberes específicos de diferentes ordens que viabilizem o desenvolvimento de atitudes afirmativas dos sujeitos face ao universo informacional; uma perspectiva além da mera competência em buscar e acumular informações, trata-se de saber processar informações, saber avaliá-las, selecioná-las e situá-las em relação à nossa qualidade de vida.

A biblioteca escolar é potencialmente instituição privilegiada ao desenvolvimento desses saberes e fazeres ligados a aprendizagens que contribuem à apropriação crítica e criativa da cultura da informação por crianças e jovens. Todavia, são muitos os problemas que conformam a atual situação da biblioteca escolar brasileira: sua definição, sobretudo, a partir de uma única característica - coleção de recursos informacionais; a concepção limitada e residual acerca do papel que pode e deve exercer no quadro educacional contemporâneo; o empirismo que marca a constituição das poucas bibliotecas escolares em nosso país; assim como as dificuldades de apropriação, pelos quadros profissionais das áreas da Informação e Educação, de novos referenciais teóricos e metodológicos que contribuiriam para a superação de um *modus operandi* que em pouco tem contribuído para evidenciar o papel essencial da biblioteca escolar no variado contexto nacional.

Certamente, a atual condição da biblioteca escolar foi forjada ao longo de nossa história, a partir de distintas políticas implementadas no campo da Educação, reflexo do quadro sociohistórico amplo.

No contexto escolar brasileiro, consagrado a uma prática de ensino transmissivista, as ações do poder público em torno do livro e da leitura foram circunscritas à distribuição de recursos informacionais impressos. Deixou-se de lado a importância do planejamento de ações para promover o efetivo contato das crianças e jovens com a cultura escrita, tarefa que ficou a cargo de professores imbuídos de boa vontade, certos da importância da leitura. Em face disso, as poucas bibliotecas escolares constituíram-se sob a concepção de acervo organizado de livros. Não foram alvo, assim, alvo de medidas oficiais mais abrangentes, que considerassem ações voltadas à participação dos alunos no mundo da escrita, com toda sua complexidade e desafios próprios. A apropriação deste universo escrito foi tratada como ato natural, bastando, para tanto, dominar os processos de decodificação da palavra impressa.

A situação precária da biblioteca escolar acentuou-se, ainda, por sua inserção numa escola fundada sobre o princípio de uma desigualdade social a ser minimizada, ocupada com a adaptação de todos aos padrões vigentes e com a manutenção das elites (RANCIÈRE, 2011,

p.12). Nessas circunstâncias, a existência de um interesse espontâneo da população em geral pela participação no universo da escrita mantém-se como algo complexo. Em face disso, as bibliotecas não se constituíram como prática social relevante em nosso país, haja vista a carência de laços orgânicos entre este dispositivo e a sociedade em geral.

Sob tais contextos, no Brasil, prevaleceu o vazio legislativo em torno da biblioteca escolar e, mesmo tendo ocorrido ações pontuais e específicas, pouco foi feito por seu desenvolvimento. A inação histórica trouxe marcas para o tempo presente, em que a biblioteca escolar não é, efetivamente, tida como relevante; basta observar a carência quantitativa e qualitativa existente na cena educacional.

Atualmente, as iniciativas governamentais conservam a mesma ênfase distributiva, sendo exemplos da perspectiva oficial o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) que, conforme o Ministério da Educação (MEC), relacionam-se ao livro, à leitura e à biblioteca (MEC, 2011, p.5).

O PNLD surge em 1985, por meio do decreto nº 91.542, com o objetivo principal de “subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica” (MEC, 2013).

Já o PNBE, criado em 1997, tem por objetivo “democratizar o acesso de alunos e professores à cultura, à informação e aos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade, pela distribuição, às escolas, de acervos, obras de referência e de literatura infantil, juvenil e adulta” (MEC, 2011, p.10). Tal como disposto, o programa oficial equipara distribuição de livros e desenvolvimento de bibliotecas, fator evidenciado no nome conferido ao “*Programa Nacional Biblioteca da Escola*”. Todavia, Paiva e Beremblum (2009, p.182), ao apresentarem e discutirem resultados de pesquisa sobre o PNBE, afirmam que a simples oferta de livros às escolas é insuficiente, pois

[...] como se pôde constatar, o trabalho escolar baseia-se principalmente em livros didáticos, e é pouco frequente o desenvolvimento de atividades com outros tipos de texto. *A simples distribuição de livros nas escolas não mudará, portanto, as práticas pedagógicas em relação ao uso de livros de literatura nem a apropriação e construção de novos sentidos a partir da leitura.* Nos casos em que esses materiais são utilizados, o trabalho pedagógico continua marcado por uma forte tendência à decomposição de textos para o estudo de gramática prescritiva, em busca de respostas corretas e únicas interpretações para a leitura. A democratização do acesso a obras literárias, esperada a partir da distribuição de livros [...] parece não ter sido alcançada (grifo nosso).

Se a existência de acervos diversificados é condição à constituição de bibliotecas escolares, estas, sobretudo face ao grau de complexidade dos processos culturais na contemporaneidade, não podem, todavia, ser confundidas com os recursos informacionais ali existentes.

Entretanto, em meio ao quadro rarefeito, em 2010, surgiu a Lei federal nº 12.244 que, conforme já mencionado, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, tomadas como “ coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura”.

Neste contexto, é certa a existência de forças que atuaram em busca de criar possibilidades para o surgimento da lei e, conforme Nêmora A. Rodrigues⁴ expõe, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) trabalhou

[...] para construir o cenário para a aprovação da lei, o que foi comprovado pelo secretário da *Comissão de Educação* do Senado, ao nos afirmar que a velocidade com que o PL saiu da Câmara e chegou ao Senado era impressionante e que o mérito era todo nosso (informação verbal)⁵.

Apesar do esforço, as ações da categoria profissional organizada não se deram em conjunto com uma necessária mobilização geral ou, em especial, de profissionais da educação, pois, conforme argumenta Nêmora A. Rodrigues, “não houve pressão da sociedade. Ao contrário, [foi o CFB] que [clamou] pela mobilização da sociedade” (informação verbal)⁶.

Regina Celi Sousa⁷ tem posicionamento semelhante e afirmou que “a demanda partiu e parte significativamente da comunidade profissional. Manifestações sociais são escassas neste sentido, até por desconhecimento da população” (informação verbal)⁸.

Com isso, ficou evidente a fragilidade de relações entre a *escola* e a *biblioteca* - ainda a ser construída por meio de esforço conjunto -, indispensável no contexto da educação brasileira.

Diante desta trajetória, e com convicção da relevância do surgimento de uma lei com vistas a garantir a presença de bibliotecas nas escolas brasileiras, emergem inquietações face a complexidade do caminho a ser trilhado para que a intenção oficial torne-se realidade e a

⁴ Presidente do CFB entre 2006 e 2012.

⁵ Nêmora Arlindo Rodrigues respondeu, via e-mail, ao questionário aberto enviado pela pesquisadora. As respostas foram obtidas em 25 de abril de 2013.

⁶ Nêmora Arlindo Rodrigues respondeu, via e-mail, ao questionário aberto enviado pela pesquisadora. As respostas foram obtidas em 25 de abril de 2013.

⁷ Presidente do CFB, mandato de 2013-2015.

⁸ Regina Celi respondeu, via e-mail, ao questionário aberto enviado pela pesquisadora. As respostas foram obtidas em 28 de janeiro de 2014.

biblioteca escolar extrapole as fronteiras do papel, transformando-se em substantivo concreto na cena escolar.

O panorama indica que as ações deverão implicar tanto redefinições da própria educação, quanto um fundamental trabalho dos profissionais que irão atuar nas bibliotecas escolares. Se a formulação de políticas públicas para orientar a implantação de bibliotecas escolares é urgente e certamente complexa, face aos múltiplos desafios de ordem material e objetiva, é igualmente desafiadora quando se tratadas concepções que a norteiam historicamente. Em outros termos, além de criá-las, as políticas para a área precisam ser capazes de ressignificá-las, a partir de ações que redefinem posições destes dispositivos no quadro contemporâneo.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: ELEMENTOS E DINÂMICAS

A política “cria ou recusa condições de possibilidades. Interditada ou permite: torna possível ou impossível” (DE CERTEAU, 1996, p.214). Assim, a toda vontade construtiva são necessários acordos sobre as condições de possibilidade para que se abra um espaço possível a seu desenvolvimento.

Desde que situada na ideia democrática de uma sociedade que acolhe conflitos de opiniões e o debate sobre direitos, a política apresenta-se como caminho para “auxiliar os homens a tentar o impossível e, com isso, acumular forças para realizar o possível e ir além”. Assim, no contexto brasileiro é possível afirmar que ela implica numa reforma de estruturas que contemple novas articulações entre Estado e sociedade civil, grupos e indivíduos, economia e política (NOGUEIRA, 2004, p. 101; LEFORT, 1991, p. 52).

A política, portanto, deve ser reinventada como projeto e prática que vá além da política dos políticos e pertencer à vida das pessoas, ajudando-as a responder a suas necessidades e anseios. Para Barcellona (1997 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 101), isto significa restituir o *fazer político* como atividade ocupada com questões essenciais ao ser humano, não para trazer respostas definitivas, mas para que nunca deixemos de nos perguntar “quem somos, por que estamos juntos e que objetivo desejamos alcançar”.

Em se tratando de políticas públicas, reconhecemos que estas “afetam profundamente a vida diária de cada ser humano na sociedade” (THEODOULOU, 1995, p.1, tradução nossa) e, de acordo com González-Suárez (2008, p. 147), *política pública* é conceito que abrange as disposições oficiais emitidas pelo Estado, incluindo a Constituição, tratados, legislação, regulamentações, bem como a definição do modo de agir para alcançar aquilo que foi

proposto. Assim, designa “um conjunto formado por objetivos coletivos, considerados necessários ou desejáveis, e por meios e ações tratados, ao menos parcialmente, por uma instituição governamental com o intuito de alterar determinada situação” (DEUBEL, 2007, p.27, tradução nossa).

Todavia, é fundamental destacar que em nossa pesquisa, o conceito de público, presente no contexto das políticas, não significa simplesmente a ação do Estado⁹ frente a um problema que afeta a coletividade, mas, além disso, reafirma “a natureza pública das políticas públicas na medida em que permite precisar que o objeto das políticas está nos espaços de relação que se produzem entre a sociedade e o Estado” (MEDELLÍN TORRES, 2004, p. 48). E é este Estado, seja por meio da Administração Direta ou da Administração Indireta (fundações, sociedades de economia mista, autarquias, etc.) ou, ainda, por meio dos demais poderes estatais constituídos – Legislativo e Judiciário –, o sujeito ativo principal das políticas públicas (AITH, 2006, p. 233).

Nesses termos, no âmbito das bibliotecas escolares, apontamos para a importância da implantação de políticas públicas a partir de perspectiva democrática, pois assim estará em causa ação política a serviço dos seres humanos enquanto Sujeitos, ou seja, criadores e produtores de si mesmos e de sua vida individual e coletiva. Se a democracia é o caminho para a efetivação de uma educação que ultrapasse meras preocupações utilitárias, contemple-se, assim, o fato de que os seres humanos não sejam somente educados em termos de qualificações técnicas, mas também em seus propósitos, de modo a influírem afirmativamente no mundo em que vivem (RUSSELL, 2002, p.42; TOURAINÉ, 1996, p.34).

Definida como “um espaço institucional que protege os esforços do indivíduo ou grupo para se formarem e se fazerem reconhecer como sujeitos”, a democracia não pode ser tomada como a mera participação em uma ordem política que age sobre o corpo social (TOURAINÉ, 1996, p.173). Portanto, trata-se do reconhecimento da existência de sujeitos pessoais marcados pela diversidade, pressupondo a liberdade para que construam os limites às liberdades coletivas. Assim, é sob o signo da constituição de sujeitos que se coloca a questão da democracia e de uma política que, de fato, estabeleça conexões entre Estado e sociedade.

⁹ Em relação ao Estado, apontamos para a problemática de concepções que o resumem a algo neutro – espaço harmônico em que diferenças seriam resolvidas –, ou à encarnação do mal, mera estrutura destinada à opressão da sociedade. Apesar de toda a problemática que cerca a figura do Estado no momento atual, marcado pela globalização capitalista, ele continua a ser peça fundamental na vida concreta dos povos de todo o mundo. Logo, além de ser assimilado como estrutura de dominação, precisa ser compreendido “como parâmetro ético de convivência e locus para o encontro de soluções positivas para os problemas sociais” (NOGUEIRA, 2004, p.61).

Por conseguinte, reafirma-se novamente a importância de uma reforma de concepções e relações entre Estado e sociedade, governante e governado, política e economia, para que o fazer político não seja resumido, aos olhos da sociedade, a um espetáculo visto por uma plateia passiva que, colocada na última fila, observa descrente o desenrolar de ações com a certeza de que destas não advirão transformações positivas ao corpo social.

Por sua vez, a compreensão de elementos procedimentais envolvidos na formulação de políticas públicas torna-se importante na medida em que auxilia no entendimento daquilo que está implicado neste fazer coletivo que tem em vista transformar determinada situação. Em nossa pesquisa, filiamos-nos à proposta do *Ciclo da política pública* que coloca as políticas como processo composto por um conjunto de atividades com vistas a atender às demandas e interesses da sociedade. Propondo a política pública como ciclo deliberativo, composto por distintas fases sequenciais e interdependentes que constituem um processo dinâmico, o *Ciclo da política pública* é, sobretudo, um recurso voltado à análise de políticas públicas, não se caracterizando como estrutura a ser rigidamente seguida em sua elaboração. As dinâmicas dos contextos sociais vivos, por sua vez, também executam resistências e pressões que retardam impedem e, por vezes inviabilizam, os ciclos idealmente configurados.

Todavia, em relação às fases que constituem o processo político¹⁰, a categorização apresentada por Theodoulou (1995), oferece referências que ajudam a compreender e a formular grades de análise importantes à abordagem do problema. São elas: reconhecimento do problema e delimitação da questão, agenda política, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa aliou estudos sobre política pública a uma experiência concreta – a política pública que implantou, em 1999, a Rede Escolar de Bibliotecas Interativas -. A

¹⁰ Embora haja alguma diferenciação entre as fases propostas por diferentes autores, observamos que, por vezes, a existência de uma fase a mais em dada proposta não significa, necessariamente, que aquele elemento não é considerado na proposta de outro autor, que poderá ser contemplado em conjunto com elementos de outra fase. A seguir algumas propostas: Secchi (2011) sugere sete fases principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção. Já Howlett, Ramesh e Perl (2009) colocam cinco fases: *agenda setting*, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação. Jones (apud Deubel 2007) propõe cinco fases: identificação do problema, formulação de soluções, tomada de decisão, implementação e avaliação. Souza (2010) argumenta pela definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Rodrigues (2011) indica: preparação da decisão política, *agenda setting*, formulação, implementação, monitoramento, avaliação.

abordagem buscou identificar categorias teórico-metodológicas que contribuam à formulação de políticas públicas para bibliotecas escolares em nosso país.

Como resultado, a pesquisa permitiu identificar referências prioritárias de uma ação política que vise implantar e ressignificar a biblioteca escolar brasileira:

- a) **Vontade política:** categoria essencial às políticas para bibliotecas escolares. Gestores políticos têm papel de destaque na determinação de quais problemas serão alvo de ações e, do mesmo modo, decidem a estratégia que será posta em prática para a implantação de bibliotecas escolares. Na experiência em causa, a vontade do gestor político foi decisiva à implantação da REBI e à continuidade de investimentos e propósitos, evidenciando que esta dimensão é indispensável para a manutenção dos processos em causa. O desejo por mudanças, alinhado à certeza da importância da ação, à compreensão de sua complexidade e, também, à capacidade de avaliação do fator *tempo* – para surgimento dos primeiros resultados –, caracterizam e constituem elementos que contribuem para assegurar a permanência de processos implicados na política pública.
- b) **Protagonismo profissional:** a implantação da REBI evidenciou que a escolha daqueles que irão implantar a política pública é determinante aos resultados obtidos, pois a atitude dos diferentes sujeitos da ação frente às mais variadas situações encontradas no terreno – em geral, adversas – delinearão os rumos da criação e consolidação da biblioteca escolar. Nesses termos, nesta categoria está implicado o que Nogueira (2004, p.62) caracterizou como “generosidade individual construtiva”, possível a partir do reconhecimento do valor de uma coletividade. Portanto, profissionais que colocam em prática a decisão política, quando inseridos no processo como sujeitos, não apenas reconhecem a importância de seu esforço para a transformação de um cenário problemático, como criam oportunidades diferenciadas para transformá-lo.
- c) **Tempo político:** período necessário entre a definição das ações e o prazo para a percepção de seus benefícios para a população; mostrou-se importante no processo de consolidação da política pública para bibliotecas escolares. As evidências concretas indicaram o *tempo* como categoria implícita da política, configurando antídoto a ações pontuais, de curta duração e descontínuas, que prejudicam iniciativas significativas em torno da biblioteca escolar em nosso país. Compreende, portanto, o *tempo de assimilação* da proposta política e de suas

concepções, essencial para que a complexidade e relevância do trabalho com as bibliotecas seja desvendada, produzindo adesões dos quadros profissionais de diferentes instâncias, assim como o *tempo de apropriação*, que pode ser considerado permanente, tanto pelas dinâmicas internas à própria política pública, quanto pela transitoriedade dos quadros profissionais e comunidade atendida pelas bibliotecas escolares.

- d) **Diálogo política-conhecimento/terreno-academia:** o desconhecimento em torno da biblioteca escolar acentua ainda mais a pertinência desta categoria, já evidenciada por Kingdon (2003) como fundamental à proposição de soluções ao problema público. A vinculação da política pública (na experiência em pauta representada pela gestão municipal) com instâncias que, por dever de ofício, dedicam-se a estudar, compreender e buscar soluções a problemas que envolvem a biblioteca escolar (na experiência em pauta, representada por pesquisadores da ECA/USP), mostrou-se fundamental ao enfrentamento de questões, que historicamente vinham sendo abordadas empiricamente pelos contextos profissionais. Conforme nos alerta Morin (CARTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE, 1994), a complexidade dos problemas socioculturais implica ação e relação entre diferentes instâncias de conhecimento, envolvendo áreas e disciplinas distintas, como também naturezas diversificadas de experiências e conhecimento (científico, senso comum, etc). A pesquisa revelou, assim, que tratar as questões reunindo teoria-prática é alternativa salutar ao empirismo recorrente do terreno, bem como ao cientificismo cego dos laboratórios.
- e) **Protocolos implícitos e explícitos:** uma ação política conjunta, que envolva campos político e científico irá demandar protocolos (implícitos e explícitos) para reger o relacionamento entre as partes. Na implantação da REBI, em São Bernardo do Campo, a relação de complementaridade entre os dois campos, compreendendo saberes da ação e da teoria nas dinâmicas de desenvolvimento de bibliotecas escolares, foi profícua e indispensável para os resultados obtidos. Protocolos estabelecendo direitos e deveres das partes precisam ser claramente definidos, de tal modo que as inerentes tensões decorrentes de polos e perspectivas distintas, e por vezes antagônicas, não comprometam irreversivelmente o objetivo público que inspirou o encontro *universidade-terreno*. De outro lado, há que se observar igualmente que protocolos implícitos – pautados nas relações de respeito entre os *protagonistas* e às respectivas diferenças de enfoques -, revelam ser uma

vantagem, pois a inclusão da diferença torna-se enriquecedora ao desenvolvimento da política pública democrática. Diferentes perspectivas permitem ampliar o foco de visão sobre a indispensável e constante problematização que sustenta a dinâmica das políticas públicas.

- f) **Visibilidade:** categoria inalienável da política pública para bibliotecas escolares, a comunicação das ações realizadas e seus resultados permite revelar benefícios e a satisfação da população. Nesse quadro, em termos do processo estudado, verificou-se a importância da visibilidade da ação política também para aqueles não diretamente relacionados à biblioteca escolar e, portanto, não diretamente expostos à iniciativa como beneficiários diretos. Longe de medidas com vistas à propagandar feitos políticos, a visibilidade constitui categoria importante no conjunto de medidas que visem apresentar resultados da política pública para a sociedade em geral. No caso de bibliotecas escolares, em especial, a categoria é salientada dado que estas estão ainda marcadamente envoltas pelo desconhecimento generalizado quanto a seu valor social, cultural e educacional, no quadro nacional.
- g) **Construção de novas representações:** implica o desenvolvimento de bibliotecas escolares inovadoras, que ultrapassem noções como: *sala com livros*, *lugar de silêncio*, ou até mesmo o completo desconhecimento de suas potencialidades. Na experiência da REBI, a reversão de tais imagens foi construída por meio de ações que aliaram solução e satisfação da comunidade que, por sua vez, passou a reconhecer a relevância e importância deste dispositivo. A política pública, ao considerar a força de uma representação de biblioteca escolar que extrapolou a dimensão funcional, tangenciado a esfera do gosto, dos sentidos, produziu vínculos invisíveis, mas fortes, transformando a biblioteca em objeto de desejo das comunidades escolares, elemento fundamental para consolidá-la na cena escolar e na vida da comunidade.
- h) **Qualificação dos quadros profissionais:** a pesquisa revelou a fundamental importância dos profissionais, sob diferentes aspectos. As reformulações propostas por políticas públicas que visem intervenções sociais significativas implicam – como implicaram no caso estudado –, na ampliação de estruturas, ou mesmo redefinição de papéis dentre os quadros já existentes. Aliado a isto, destaca-se a **formação** como categoria indispensável para garantir a apropriação da política pública e seus conteúdos; no caso em análise, dentre outros aspectos essenciais,

compreendeu uma nova concepção de biblioteca escolar. Assim, a formação – compreendendo os saberes da teoria e da ação - estendeu-se a diferentes atores da cena política, educacional e técnica, desde aqueles envolvidos com a gestão e atuação direta nas bibliotecas escolares, até os educadores e a comunidade escolar. A investigação mostrou que, no contexto em que a ação política se deu, a formação de educadores e gestores das escolas foi imprescindível, pois estes profissionais são promotores de elos entre *biblioteca* e *sala de aula*, fundamentais para que a biblioteca escolar extrapole a condição de organismo acessório ao processo de ensino.

- i) **Instâncias de negociação:** um novo conceito aplicado a um objeto ou fenômeno conhecido, muito provavelmente, encontrará resistências no terreno em todas as etapas do processo – seja da parte de professores, seja de coordenadores –, em face de concepções predominantes e, por vezes, reducionistas de biblioteca escolar. Não é somente a entrada da biblioteca na escola que deve ser negociada, mas, o seu papel no processo de ensino, pois mesmo aqueles que inicialmente se mostrem favoráveis a ela, podem não compreender a dimensão de suas práticas. Os processos de implantação da política precisam prever tais adversidades, contornando-as por meio da compreensão de que o “novo” implica deslocamentos – materiais e simbólicos -, assim como a redefinição de poderes de todas as ordens, especialmente em relação ao conhecimento acerca da questão em foco.
- j) **Avaliação:** atividade voltada à verificação de resultados ela é norteadora da renovação de processos e práticas, na medida em que permite conhecer elementos positivos e negativos da ação. O estudo indicou que avaliações que comportem um olhar externo são interessantes, na medida em que aqueles que estão imersos no processo nem sempre conseguirão identificar os diversos elementos que interferiram na ação. É essencial que, além da satisfação, seja identificado se objetivos públicos, políticos, pedagógicos e técnicos estão sendo atingidos.
- k) **Renovação da política:** relaciona-se intrinsecamente à *avaliação*, pois seus resultados permitirão o redimensionamento das ações. Medidas para revigorar a política pública serão essenciais, não somente para melhorar processos que se mostrem deficientes, mas também para que a biblioteca escolar acompanhe, em perspectiva crítica e criativa, as transformações que marcam o contexto informacional contemporâneo.

- 1) **Participação comunitária:** é categoria fundamental à política pública em perspectiva democrática, fazendo com que as decisões extrapolem os gabinetes políticos e demais instâncias administrativas do Estado. A pesquisa evidenciou a importância de que esta dimensão seja fortemente considerada para que os sujeitos criem vínculos efetivos com a biblioteca escolar, fundamentais a sua consolidação.

Na política pública que implantou a REBI, a participação comunitária se deu com o protagonismo dos pais de alunos – representados pela Associação de Pais e Mestres (APM) – nas decisões sobre a gestão dos recursos financeiros a serem utilizados para construir e equipar as bibliotecas. O modelo adotado, que incluiu e corresponsabilizou pais de alunos nos processos decisórios assim como no controle do investimento feito nas escolas, inseriu-os em discussões sobre a qualidade do espaço físico da biblioteca e seu papel na educação dos alunos, explicitando a importância dos investimentos financeiros a serem feitos nas bibliotecas escolares.

Esta dimensão da ação política evidenciou que o direito de ser cidadão e participar das decisões em torno da biblioteca escolar não se sustentam quando observados abstratamente. Deve, assim, articular-se e implicar a inserção dos sujeitos em ‘circunscrições públicas’ concretas, bem como decisões adotadas pelos governantes. O desenvolvimento de ações nessa direção é processual, porém mostra-se como caminho de consolidação da apropriação da biblioteca pela comunidade, como foi possível constatar. Assumindo-se como parte do todo social, as bibliotecas têm chances de redefinir seu papel, dentro e fora da escola, condição ao reconhecimento de sua importância à qualidade da vida comunitária.

5 CONSIDERAÇÕES

As indefinições e limitações quanto ao papel da biblioteca escolar, a carência destes organismos na cena educacional, assim como o surgimento de texto legislativo que determina a obrigatoriedade de sua criação, visando assegurá-la como um direito social, desencadearam inquietações que culminaram em nossa pesquisa de mestrado.

A intrincada trama que envolve a biblioteca escolar revelou a urgência do desenvolvimento de políticas públicas que não se limitem à criação de espaços físicos dotados de recursos informacionais de diferentes ordens, uma vez que tal perspectiva, centrada exclusivamente na garantia do direito de acesso à informação, não atende de modo pleno a complexidade envolvida no ato de *saber informar-se*. Nesses termos, o estudo

apontou para a necessidade da implantação de políticas públicas que, além de garantir a ampliação numérica desses dispositivos em nossas escolas, atentem para a inclusão de mecanismos, que coloquem a ressignificação a biblioteca escolar como pauta de suas ações.

Em face disso, conhecer o surgimento da REBI, implantada a partir de política pública pautada no paradigma da apropriação cultural, permitiu o conhecimento de diversificadas nuances que permearam uma ação política diferenciada que, além da implantação de bibliotecas escolares – entendidas como espaços físicos – instaurou um novo conceito de biblioteca escolar em contexto que até então o desconhecia. Com isso, foi possível depreender referenciais do surgimento deste novo organismo na cena educacional e, a partir deste percurso, a pesquisa trouxe como resultado importantes categorias a serem consideradas numa política pública para bibliotecas escolares, sem perder de vista as especificidades do multifário contexto nacional. Longe de configurarem-se como um fim em si mesmas, tais categorias - apresentadas na seção *Resultados e discussão* – configuram-se como ponto de partida para colaborar no debate sobre ações políticas, assim como para novas incursões teóricas acerca deste tema essencial e ainda tão pouco explorado que são as políticas públicas para bibliotecas escolares.

REFERÊNCIAS

AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In.: BUCCI, M. P. D. **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. p.217-245.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

CARTA da transdisciplinaridade: adotada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 novembro, 1994. Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu (Red.). Disponível em: <<http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/textos/carta.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1989.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

DEUBEL, André-Noël Roth. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Aurora, 2007.

GONZÁLEZ-SUÁREZ, Mirta. **Psicologia política**. San José: Editorial UCR, 2008.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. New York: Longman, 2003. (Longman classics in Political Science).

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Avaliação de bibliotecas escolares no Brasil**. Brasília: MEC, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **PNLD**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668id=12391option=com_contentview=article>. Acesso em: 27.01.2014.

MEDELLÍN TORRES, Pedro. **La política de las políticas públicas**: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Políticas sociales).

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a10>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (Orgs.) **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2008. p. 46-97. Disponível em: <<http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2013.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Novos saberes para o século XXI. In: MENDONÇA, R.H.; MARTINS, M. F. (Orgs.). **Novos saberes para a Educação**. Rio de Janeiro : ACERP ; Brasília, DF : TV Escola, 2013. (TV, educação e formação de professores: salto para o futuro 20 anos, 4). p. 9-25. Disponível em <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/vol_4_salto_para_o_futuro_20_anos.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Educação: experiência e sentido).

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

THEODOULOU, Stella. The contemporary language of public policy: a starting point. In: THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public policy**: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p.1-10.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.